



MANUAL OPERATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS

Ranielle FRAGA¹, Felipe SILVA², Monica GONÇALVES³, Daniel, da SILVA⁴

1. Agência Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – AGERH, Brasil, raniellefraga@gmail.com

2. AGERH, Brasil, felipe.a.ambiental@gmail.com

3. AGERH, Brasil, monicaag.agerh@gmail.com

4. AGERH, Brasil, daniel.silva@agerh.es.gov.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a problemática da água é uma questão mundial, onde os índices de disponibilidade e qualidade reduzem à medida que a demanda aumenta a cada ano. Tais pontos associados às mudanças de regime de chuva, decorrentes das mudanças climáticas, tem intensificados os conflitos e os desafios para implementação de uma gestão de água. Discussões têm apontado que a crise mundial da água na verdade é uma crise de governança, visto que é atribuído a ela o principal fator para eficácia da gestão de água. Através dela é possível a pactuação coletiva sobre as questões ambientais do território com com a participação da sociedade, múltiplas categorias de instituições e multi-stakeholders, fortalecendo as bases democráticas na resolução de problemas coletivos em busca do desenvolvimento sustentável. No Brasil a gestão de água está fundamentada na descentralização, integração, participação e contempla os usos múltiplos de água. Após duas décadas de instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a implementação da gestão e dos seus instrumentos são desafios a serem superados para uma efetiva gestão. Os estágios de implementação dos instrumentos gestão no País apresentam realidades diferentes, mas, em geral, sempre estão associados a capacidade de articular e pactuar as ações e metas do Plano de Recursos Hídricos (PRH). Essa capacidade está associada a estrutura de governança instituídos, pactuação das metas de planejamento com os diferentes atores e no processo participativo. As diferentes realidades geográficas e sócio-econômicas no Brasil exigem uma gestão adaptativa com a adoção de ferramentas que possibilitem monitorar e avaliar os estágios de implementação e realizar ajustes durante o processo dinâmico de tomada de decisão. Neste sentido, mecanismos e ferramentas têm sido desenvolvidos para auxiliar, tanto, na implementação de PRHB como na instituição de uma melhor governança de água. Nesse contexto, a adaptação de ferramentas operacionais de planejamento têm sido adotados no Brasil para subsidiar processo de implementação de PRH, como o caso do Manual Operativo de Projetos. O manual operativo é uma ferramenta executiva difundida mundialmente no campo do planejamento de projetos e da administração para auxiliar a execução de operações e etapas com segurança, confiabilidade, eficiência, produzindo resultados consistentes. Nele são descritas o como?, o quando? o por quem? o para quem? os prazos? e envolvidos? de cada uma das atividades especificadas no projeto. Nesse sentido o presente trabalho descreve a estruturação participativa de Manual Operativo de plano de recursos hídricos.

2. ESTRUTURAÇÃO DE MANUAL OPERATIVO

Em 2016 no Brasil a Agência Nacional de Águas elaborou os primeiros Manuais Operativos para Planos de recursos hídricos de Bacias hidrográficas de rios federais. Já em 2019 o estado do Espírito Santo alaborou 5 MOPs que se destacam por sua estruturação com abordagem participativa, inserindo no processo a sociedade, representantes governamentais, usuários das águas e atores estratégicos. A estruturação passou pelas etapas de Análise Técnica, Oficina Participativa inicial, Desenvolvimento, Oficina Participativa Intermediária, Estruturação do Manual Operativo e Oficina de Capacitação. A primeira etapa consistiu em uma análise do plano de ações de cada plano de recursos hídricos, sendo sistematizadas todas as metas. Na Oficina Participativa Inicial as metas foram apresentadas e priorizadas com o objetivo de selecionar aquelas a serem trabalhadas no MOP. O resultado foi a priorização das metas de fortalecimento institucional do sistema de recursos hídricos. Essas, quando alcançadas, favorecem a governança e propulsiona a implementação das demais metas que não compõe o MOP.



No Desenvolvimento estruturou-se os modelos-tático-operacionais de cada meta priorizada na oficina inicial. Cada modelo-tático-operacional contém um fluxograma, fichas descritivas e curva de avanço das atividades que ao serem seguidas garantem o alcance da meta. Na Oficina Participativa Intermediária os modelos desenvolvidos foram apresentados, dando a oportunidade aos participantes de contribuírem com a sua construção. Por fim, realizou-se a Estruturação do Manual Operativo, com a compilação das contribuições apresentadas, revisão e elaboração do relatório final. O processo foi finalizado com a realização de Oficina de Capacitação com os comitês de bacia hidrográfica responsáveis por cada manual.

3. CONCLUSÃO

A elaboração participativa do Manuais Operativos proporciona maior efetividade do instrumento Plano de Recursos Hídricos, visto que a definição, entendimento e a execução de papéis dos diversos atores é um dos maiores desafios da gestão de água no Brasil.

A partir da definição dos papéis dos múltiplos atores a execução das ações podem ocorrer de forma mais orgânica e participativa, empoderando os envolvidos no processo.

A adoção do MOP como ferramenta de implementação das metas de PRH apresenta-se como uma estratégia de articulação e pactuação do atores para implementação de planejamento da bacia.

O Estado do Espírito Santo ao adotar como estratégia a estruturação de um MOP com metas de responsabilidade do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos inicia uma pactuação institucional e propulsiona a alcance de metas definidas para outros agentes.

Conclui-se que a adoção do MOP como ferramenta de operacionalização e pactuação das metas do planejamento é uma estratégia para favorecer efetiva implementação dos Planos, e mais que isso, é uma mudança no modus operandi de pensar o planejamento de água, oportunizando o alcance de resultados, o avanço pequeno e sistemático a partir do próprio Sistema de Recursos Hídricos e da melhoria da governança da água.